



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**RESUMO EXECUTIVO DA TRICENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS**

Data: 11 e 12 de abril de 2019

Local: Plenário do Conselho Nacional de Saúde “Omiton Visconde” – Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, 1º andar – Brasília/DF

OBJETIVOS DA 316ª REUNIÃO ORDINÁRIA:

- 1) Socializar os informes e apreciar as indicações.
- 2) Assistir e apreciar o tema do Radar que abordará o Transtorno do Espectro Autista.
- 3) Conhecer e debater o Papel Regulatório da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- 4) Atualizar e articular ações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP.
- 5) Analisar e deliberar as demandas da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho – CIRHRT.
- 6) Discutir e deliberar sobre o Panorama do Acesso e Fornecimento de Medicamentos no País.
- 7) Contribuir e deliberar acerca da Redução da Tributação de Cigarro Fabricado no Brasil.
- 8) Apreciar e deliberar as demandas da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento – COFIN.
- 9) Apresentar e apreciar as questões da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena e da 16ª Conferência Nacional de Saúde.
- 10) Socializar e deliberar as demandas das Comissões Intersetoriais, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, Coordenação de Plenárias dos Conselhos de Saúde e encaminhamentos do Pleno.

ITEM 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 314ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS. APROVAÇÃO DA PAUTA DA 316ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

Coordenação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; e conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**, da Mesa Diretora do CNS

APROVAÇÃO DA ATA DA 314ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

Deliberação: a ata foi aprovada com uma alteração e uma abstenção.

APROVAÇÃO DA PAUTA DA 316ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

Deliberação: a pauta foi aprovada por unanimidade.

ITEM 2 – EXPEDIENTE - Justificativa de ausências. Apresentação de Convidados (as), novos Conselheiros (as) e Coordenadores (as) de Plenária de Conselhos de Saúde. Datas representativas para a saúde no mês de abril. Informes. Indicações.

Coordenação: conselheira **Elaine Junger Pelaez**, da Mesa Diretora do CNS; conselheiro **André Luiz Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS; e **Ana Carolina Dantas Souza**, Secretária-Executiva do CNS

Justificativa de ausências – *justificativas apresentadas com antecedência:* **Altamira Simões dos Santos de Souza; Antônio Lacerda Souto; Bruno César Almeida de Abreu; Denise Torreão Correa da Silva; João Donizeti Scaboli. *Justificativas apresentadas durante a reunião:* **Luiz Henrique Mandetta**, Ministro de Estado da Saúde; e **João Gabbardo dos Reis.****

Datas representativas para a saúde no mês de abril - 2/abr. - Dia Mundial de Conscientização pelo Autismo (ONU). 4/abr. - Dia Nacional do Portador da doença de Parkinson. 6/abr. - Dia Mundial da Atividade Física. 6/abr. - Dia Nacional de Mobilização pela Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. 7/abr. - Dia Mundial da Saúde. 7/abr. - Dia do Médico Legista. 8/abr. - Dia Mundial da Luta contra o Câncer. 8/abr. - Dia Nacional do Sistema Braille. 11/abr. - Dia Mundial de Conscientização da Doença de Parkinson. 11/abr. - Dia do Infectologista. 12/abr. - Dia do Obstetra. 13/abr. - Dia do Jovem. 14/abr. - Dia do Técnico em Serviço de Saúde. 16/abr. - Dia Nacional da Voz. 17/abr. - Dia Internacional da Hemofilia. 19/abr. - Dia do Índio. 24/abr. - Dia Mundial de Combate à Meningite. 25/abr. - Dia Mundial da Luta contra a Malária. 26/abr. - Dia Nacional de Prevenção e Combate a Hipertensão Arterial. 28/abr. - Dia Internacional das Vítimas de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais. 30/abr. - Dia Nacional da Mulher.

Coordenadores de Plenária - **Laciana Farias de Lacerda**, Ceará; e **Jair Clarindo da Silva**, Tocantins.

Informes

1) Informe referente a 6ª Semana Nacional de Mobilização para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, entre os dias 29 de julho a 03 de agosto de 2018.

Apresentação: conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**

2) Informe sobre o Dia Mundial em Memória as Vítimas de Acidente e Doenças do Trabalho, que ocorre no dia 28 de abril. Destaque para realização das seguintes atividades: a) audiência pública promovida pelo Fórum das centrais sindicais, na Assembleia Legislativa de São Paulo, para tratar sobre os retrocessos em relação aos direitos do trabalhador. Data: 28 de abril. Conferência livre da 16ª CNS, promovida pelo Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho - DIESAT, sobre o impacto das mudanças na saúde do trabalhador. Data: 29 de abril.

Apresentação: conselheiro **Geordeci Menezes de Souza.**

3) Informe sobre o Encontro Latino Americano e Caribenho das pessoas afetadas pela hanseníase realizado no Rio de Janeiro;

Apresentação: conselheiro **Artur Custódio Moreira de Sousa**

Solicitação: agendar reunião da Mesa Diretora do CNS com a relatora da Comissão Especial de Direitos Humanos da ONU, Alice Cruz, que virá ao Brasil no mês de maio de 2019.

4) Informes Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde – ANEPS.

4.1. IV Encontro dos Raizeiros, parteiras, pajés em Alto Paraíso em Goiás, no período de 16 a 19 de maio; **4.2.** Organização da Conferência Livre de Educação Popular e sua interface com as práticas integrativas e complementares de saúde (data a ser confirmada); e **4.3.** II Congrepics e 4º Encontro Nordeste de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde, de 14 a 17 de novembro, em Lagarto/Sergipe. Ocorrido seminário em março, com formação das comissões científica e de infraestrutura, cultura, arte e saúde e divulgação. Próximo momento

da comissão de infraestrutura e cultura, arte e saúde e divulgação será em dia 27 de abril, às 9h, no campus de Saúde de Lagarto.

Apresentação: conselheira **Simone Maria Leite Batista**

5) Informe sobre o X Jornada de Autismo do Piauí Controle Social e Política Pública para Pessoas com Autismo.

Apresentação: conselheira **Marisa Furia Silva**

6) Informes União de Negros pela Igualdade – UNEGRO. 6.1 – Apresentação Geral da 16ª Conferência Nacional de Saúde no Comitê Estadual de Saúde da População Negra de Pernambuco, no dia 20 de março de 2019. 6.2 – Participação da 36ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional para Promoção de Uso Racional de Medicamentos, dias 25 e 26 de março de 2019. 6.3 – 2a. Etapa – Eleição de delegadas e delegados do segmento de usuárias e usuários para: XIV Conferência Municipal de Saúde de Olinda-Pernambuco, em 25 e 26 de abril; II Etapa Macrorregional – Olinda, nos dias 23 e 24 de abril; e 9ª Conferência Estadual de Saúde, de 21 a 24 de maio de 2019. O Tema da Conferência de Saúde de Olinda será “O povo em defesa do SUS: Por uma saúde universal e democrática” e o da Conferência Estadual será “Saúde não é favor! É direito! Pernambuco em defesa do SUS”.

Apresentação: conselheira **Maria da Conceição Silva**

7) Informes do Conselho Federal de Psicologia – CFP referentes às Conferências Livres realizadas pelo CFP em apoio a 16ª Conferência Nacional de Saúde e previsão de realização da Conferência Livre no CFP para o dia 22 de maio de 2019.

Apresentação: conselheira **Marisa Helena Alves**

8) Informes acerca da PEC n°. 39 e do PL n°. 1.602 no Senado Federal.

Apresentação: conselheira **Lenir dos Santos**

9) Informes da Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY.

Apresentação: conselheiro **José Felipe dos Santos**

10) Informes sobre a participação do Conselho Nacional de Saúde no Fórum Internacional de Saúde Familiar e Comunitária, ocorrido em 28 e 29 de março de 2019, em Managua - Nicarágua.

Apresentação: conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**

11) Informe sobre a participação na audiência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sobre andamento dos conselhos de políticas públicas. Data: 10 de abril de 2019.

Apresentação: conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**

Indicações

1) A Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual - LARAMARA e a ONCB convidam o Conselho Nacional de Saúde para participar do ENOM – Encontro Nacional de Orientação e Mobilidade. Data: 16 a 18 de maio de 2019. Participação do CNS: cerimônia de abertura do evento. Data: 16 de maio, das 08h20 às 9h. Local: São Paulo/SP.

Indicação: conselheiro **Alceu Kuhn**.

2) O Ministério da Saúde, e a Procuradoria-Geral da República solicitam a Indicação de representantes, titular e suplente, para compor a Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - CT/SIOPS. Atualmente, representam o CNS: conselheiro Wanderley Gomes (titular) e conselheiro Gilson Silva (suplente).

Indicação: Titular: **Getúlio Vargas de Moura Júnior**; e Suplente: **Gilson Silva**.

Após a recomposição das comissões do CNS, essa indicação será rediscutida.

3) Oficina do Projeto do DIESAT de Articulação e Qualificação do Controle Social, do Estado do Acre. Data: dias 2 e 3 de maio de 2019. Local: Rio Branco/AC.

Indicação: conselheiro **Geordeci Menezes de Souza**

4) 4º Grande Encontro de Raizeiros, Parteiras, Benzedeadas e Pajés na Chapada dos Veadeiros. Data: 16 a 19 de maio de 2019. Local: Alto Paraíso de Goiás e na Vila de São Jorge.

Indicação: conselheira **Simone Maria Leite Batista**.

Deliberação: as indicações foram aprovadas, em bloco, com uma abstenção.

Neste ponto, foi informado que a Mesa Diretora do CNS promoverá debate sobre critérios para indicação de representados do CNS para eventos externos.

ITEM 3 – RADAR. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

Coordenação: conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**, da Mesa Diretora do CNS

Apresentação: **Rosa Magaly Campelo Borba de Moraes**, Médica psiquiatra especialista em Transtorno do espectro autista – TEA; e conselheira **Marisa Furia Silva**, Presidente da Associação Brasileira de Autismo - ABRA

Deliberação: após debate, o Pleno aprovou, por unanimidade, as seguintes propostas: **a)** dar visibilidade ao tema Transtorno do Espectro Autista – TEA na lógica de sensibilizar a sociedade para este tema tão relevante; **b)** estimular o debate deste tema nas etapas preparatórias da 16ª Conferência Nacional de Saúde e na etapa nacional; **c)** pautar novamente o debate desta temática após a 16ª Conferência; e **d)** remeter o tema à Comissão Intersetorial da Pessoa com Deficiência – CIASPD/CNS para elaboração de recomendação conjunta (no campo da educação, saúde e assistência social), com a participação do CONASEMS, considerando as experiências positivas no cuidado das pessoas com TEA como subsídios à elaboração de política de cuidado desse segmento, a ser desenvolvida nos municípios.

ITEM 4 – O PAPEL REGULATÓRIO DA ANVISA

Coordenação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS

Apresentação: **Gabrielle Cunha Barbosa Cavalcanti e Cysne Trancoso**, Gerente Geral da Gerência Geral de Regulamentação e Boas Práticas Regulatórias – GGREG/ANVISA; conselheiro **Artur Custódio Moreira de Souza**, coordenador adjunto da Comissão Intersetorial de Vigilância em Saúde – CIVS/CNS; e conselheira **Adolorata Aparecida Bianco Carvalho**, coordenadora adjunta da Comissão Intersetorial de Vigilância em Saúde – CIVS/CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, as deliberações foram as seguintes: **1)** estabelecer relação mais estreita entre o CNS e a ANVISA por conta de temas comuns (*sugestão:* participação de um representante da ANVISA nas reuniões do CNS para identificar esses temas); **2)** pautar debate na CIVS/CNS sobre a dificuldade de interlocução do controle social com as agências reguladoras; **3)** pautar debate no CNS sobre vigilância em saúde, regulação sanitária e participação social (remeter à Mesa Diretora do CNS); e **4)** encaminhar à Mesa Diretora do CNS a tarefa de definir estratégia, em conjunto com a ANVISA, para marcar audiência pública sobre o Projeto de Lei do Senado Federal nº. 280/2017, que estabelece diretrizes e requisitos para a delegação, no âmbito da Administração Pública Federal, do serviço público de fiscalização administrativa a particulares, na lógica da defesa do Sistema de vigilância sanitária e a ANVISA.

ITEM 5 – COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP

Coordenação: conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS
Apresentação: conselheiro **Jorge Alves de Almeida Venâncio**, coordenador da CONEP
Informe sobre o debate da CONEP acerca do Projeto de Lei nº 7.082.
Não houve deliberação.

ITEM 6 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE RECURSOS HUMANOS E RELAÇÕES DE TRABALHO – CIRHRT

Coordenação: conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS
Apresentação: conselheira **Nara Monte Arruda**, coordenadora adjunta da CIRHRT/CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, as deliberações foram as seguintes: **1)** aprovados, por unanimidade, os 26 pareceres de autorização, autorização vinculada ao credenciamento e reconhecimento apresentados, sendo dezesseis satisfatórios com recomendações e dez insatisfatórios; **2)** aprovada a mudança da data da 199ª reunião ordinária da CIRHRT, que passou de 29 e 30 de abril para 7 e 8 de maio; **3)** pautar na CIRHRT, para debate mais aprofundado, o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos – Revalida; **4)** pautar debate ampliado, na reunião ordinária do CNS do mês de maio, contemplando as seguintes temáticas: carreira federal de saúde, Programa Mais Médicos e proposta de implementação do terceiro turno da atenção básica (remeter à Mesa Diretora do CNS); e **5)** aprovado o mérito de recomendação sobre o provimento de áreas 1, 2, e 3 do Programa Mais Médicos (a proposta foi apresentada e aprovada no último item de pauta).

ITEM 7 – O PANORAMA DO ACESSO E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NO PAÍS

Coordenação: conselheiro **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**, da Mesa Diretora do CNS; conselheiro **Wilson Hiroshi**, coordenador da Comissão Intersetorial de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica – CICTAF

Apresentação: **Heber Dobis Bernarde**, coordenador da Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica do CONASS; e **Sandra de Castro Barros**, diretora do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde

Deliberação: como resultado do debate deste ponto de pauta, as deliberações foram as seguintes: **1)** dar continuidade ao debate sobre acesso e fornecimento de medicamentos, considerando o “1º Levantamento Nacional sobre a relação municipal de medicamentos do componente básico da Assistência Farmacêutica e a situação dos processos de compra pelos municípios” e o documento do Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos; **2)** delegar à Comissão Intersetorial de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica – CICTAF, Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde das Pessoas com Patologias – CIASPP e à Comissão Intersetorial de Vigilância em Saúde – CIVS: a elaboração de lista de medicamentos estratégicos, com interesse público; a definição de agenda emergencial – compra pública com responsabilidade, segurança, considerando as demandas dos usuários; buscar mecanismos de lista de medicamentos substitutos – quando houver probabilidade de desabastecimento para evitar prejuízos aos usuários do SUS; definir formas para colaborar com o sistema de informação sobre assistência farmacêutica – avaliar processo logístico (aquisição a distribuição); e avaliar o impacto do desabastecimento – três comissões debatam formas de aprimorar esse processo; e **3)** pautar informe regular sobre este tema nas reuniões do CNS (remeter à Mesa Diretora do CNS).

ITEM 8 – REDUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DE CIGARROS FABRICADOS NO BRASIL

Coordenação: conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheiro **Priscilla Viegas Barreto de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS

Apresentação: **José Agenor Álvares da Silva**, ex-Ministro de Estado da Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; e **Paula Johns**, diretora geral da Aliança de Controle do Tabagismo - ACT Promoção da Saúde

Deliberação: após amplo debate, o Pleno decidiu, por maioria, não solicitar a participação no Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria MJSP/GM nº 263/2019, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para avaliar a conveniência e oportunidade da redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil. Também aprovou a proposta de elaborar três recomendações sobre a temática direcionadas ao Secretariado da Convenção Quadro Contra o Tabaco da Organização Mundial da Saúde, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao Ministério da Saúde (as três recomendações foram apreciadas e votadas no último item da pauta).

ITEM 9 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO - COFIN

Coordenação: conselheiro **André Luiz Oliveira**, coordenador da COFIN/CNS

Apresentação: **Francisco Funcia**, assessor da COFIN/CNS; e **Suetônio Queiroz de Araújo**, assessor do CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, o Pleno do CNS aprovou, por unanimidade, com adendo no item 1, o questionário com “Solicitação de Esclarecimentos Preliminares ao Ministério da Saúde referente ao RPCQ/3/2018”, elaborado pela COFIN.

ITEM 10 – 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA E 16ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Coordenação: conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**, da Mesa Diretora do CNS

16ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE – 16ª CNS

Apresentação: conselheiro **Geordeci Menezes de Souza**, da comissão organizadora da 16ª CNS

Deliberação: o Pleno aprovou as seguintes propostas de encaminhamentos da Comissão Organizadora da 16ª CNS: **1)** critérios a serem observados nas indicações de convidados e convidadas: fortalecimento das entidades que compõem o CNS; e ampliação para outras entidades e organizações que tenham aderência à temática da conferência. Divisão quantitativa das 1.036 vagas: 310 (trezentas e dez) vagas serão destinadas aos Conselhos Estaduais de Saúde e do Distrito Federal para que indiquem convidados e convidadas, respeitando os critérios acima definidos e considerando a seguinte distribuição: mínimo de 4 (quatro) vagas para cada CES/DF. As demais vagas serão redistribuídas pelo critério de proporcionalidade ao número de vagas de delegados/as de cada Ente, que serão divulgadas posteriormente diretamente aos CES/DF; 310 (trezentas e dez) vagas serão destinadas para que a Comissão Organizadora da 16ª CNS indique convidados e convidadas, respeitando os critérios acima definidos; 416 (quatrocentos e dezesseis) vagas serão destinadas aos Fóruns representantes dos segmentos que compõem o CNS para que indiquem convidados e convidadas respeitando os critérios acima definidos e com a seguinte distribuição: 208 (duzentas e oito) vagas para o segmento de usuários; e 104 (cento e quatro) vagas para o segmento de trabalhadores; e 104 (cento e quatro) vagas para o segmento de gestores e prestadores; **1.1)** calendário para as indicações dos convidados (aprovado com mudanças na proposta original): até 28 de abril de 2019 – CES, Comissão Organizadora e Fóruns devem fazer as indicações (nome, referência e contato do/a indicado/a); entre 25 e 30 de abril de 2019 será feita a sistematização das indicações e o envio dos convites pela SECNS; até 20 de maio de 2019 – prazo para as confirmações dos convidados e convidadas; e as vagas que não forem confirmadas serão redistribuídas na Reunião Ordinária do CNS em junho de 2019; **2)** critérios a serem observados nas indicações de delegados/as nacionais: fortalecimento das entidades que compõem o CNS; ampliação para outras entidades e organizações que tenham aderência à temática da conferência; e pessoas com articulação na luta da saúde. Divisão quantitativa das 152 (cento e cinquenta e duas) vagas: 132 (cento e trinta e duas) vagas serão destinadas aos Fóruns representantes dos segmentos que compõem o CNS para que indiquem delegados e delegadas, considerando os critérios acima definidos e a seguinte distribuição: 66 (sessenta e seis) vagas para o segmento de usuários, 33 (trinta e três) vagas para o segmento de trabalhadores e 33 (trinta e três) vagas para o

segmento de gestores e prestadores e 20 (vinte) vagas serão destinadas para que a Comissão Organizadora da 16ª CNS indique delegados e delegadas considerando os critérios acima definidos; e **2.1)** calendário para as indicações: as indicações de delegados (as) nacionais deverão ser feitas até o dia 10 de junho de 2019 e apreciadas pela RO do CNS em 13 e 14 de junho.

6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA

Apresentação: conselheiro **Ailson dos Santos**; e **Marco Antônio Toccolini**, Secretário Especial de Saúde Indígena - SESAI/MS

Deliberação: neste ponto de pauta, o Pleno decidiu: **1)** apoiar a posição da Comissão Organizadora da 6ª CNSI e das organizações indígenas de manter a data da etapa nacional da 6ª CNSI; e **2)** apoiar o pedido de audiência com o Ministro da Saúde, solicitada pela SESAI, com a Comissão Organizadora da 6ª CNSI, a fim de esgotar todas as possibilidades de realização da Conferência na data prevista (a Mesa Diretora do CNS também participará da audiência).

ITEM 11 – COMISSÕES E ENCAMINHAMENTOS DO PLENO – Câmaras Técnicas. Grupo de Trabalho. Recomposição das comissões. Coordenação de Plenária de Conselhos de Saúde.

Coordenação: conselheira **Elaine Junger Pelaez**; e conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS

1) Proposta para recomposição das comissões do CNS para a gestão 2018/2021

Apresentação: conselheiro **André Luiz Oliveira**

Deliberação: neste ponto de pauta, o Pleno aprovou, por unanimidade: **1)** a proposta para a recomposição das comissões intersetoriais do CNS - gestão 2018/2021, com as seguintes mudanças e acréscimos à proposta original: **a)** limitar o número de inscrições por entidade a 9 comissões; **b)** a entidade externa titular que não puder participar da reunião da Comissão da qual participa será substituída por entidade externa suplente, ou seja, não participará do rodízio do coletivo de suplente da Comissão; **c)** diminuir o número de integrantes da Comissão Intersectorial de Atenção à Saúde nos Ciclos de Vida – CIASCV – de 34 para 32 integrantes; e **2)** o calendário para reformulação das comissões. A proposta de recomposição, com os ajustes feitos, será enviada aos conselheiros e às conselheiras do CNS com a máxima brevidade possível tendo em vista o calendário aprovado.

2) Comissão Intersectorial de Saúde Indígena – CISI/CNS – informes da última reunião e apreciação de encaminhamentos.

Apresentação: conselheiro **Rildo Mendes**, coordenador da CISI/CNS

Deliberação: neste ponto, as deliberações foram as seguintes: **1)** aprovada por unanimidade a minuta, sugerida pela Comissão, que recomenda ao Supremo Tribunal Federal – STF que, ao analisar e julgar os processos relativos aos direitos indígenas, orientando-se pelo princípio da justiça: determine a urgência da execução da demarcação de terras indígenas no Brasil, com base no reconhecimento do indigenato e rejeite as teses jurídicas do Marco Temporal da Constituição Federal de 1988 e do Renitente Esbulho; e **2)** aprovada a proposta de retomar o Grupo de Trabalho da CISI para apurar as denúncias que chegaram à Comissão, com objetivo de verificar as condições de saúde das comunidades da região do Vale do Javari. Tarefas do GT: atualizar as informações, verificar problemas, dialogar com a SESAI para subsidiar o GT e organizar visita técnica no Vale do Javari (Previsão de data: após 6ª CNSI). Composição do GT: Haroldo Jorge de Carvalho Pontes (CONASS), Valdenir Andrade França (COIAB), Esron Soares Carvalho Rocha (ABEN) e Vânia Lúcia Ferreira Leite (CNBB).

2) Recomendação – desdobramento do item Radar da 315ª Reunião Ordinária do CNS.

No documento, o CNS recomenda ao Congresso Nacional: **1)** a devolução da Medida

Provisória 868/2018; e **2)** a garantia do aperfeiçoamento da Lei nº 11.445/2007 com o objetivo de ampliar o acesso da população aos serviços de saneamento, bem como efetivar e fortalecer os instrumentos de controle social sobre a prestação dos serviços por intermédio de Projeto de Lei (PL), garantido amplo debate entre as entidades que atuam no setor e demais segmentos interessados da sociedade.

Deliberação: a recomendação foi aprovada com duas abstenções.

3) Recomendação nº 000, de 12 de abril de 2018. No documento, o CNS recomenda: ao Ministério Público Federal (MPF), especialmente a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU), para que atuem: I - Na garantia da manutenção e preservação: 1. Da autonomia, livre funcionamento e independência dos Colegiados definidos no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, enquanto instâncias de articulação fundamentais ao exercício do controle social, nas três esferas de Governo, os quais garantem legitimidade aos atos de governo; 2. Dos mecanismos de controle e participação social, nas três esferas de Governo; 3. Do reconhecimento da participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia, previstas constitucionalmente; 4. Do direito à informação e à transparência para o efetivo exercício do controle e participação social, nas três esferas de Governo; e II – No sentido de buscar a revogação do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, e na republicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

4) Recomendação nº 000, de 12 de abril de 2019. No documento, o CNS recomenda: Ao Ministério da Justiça e Segurança Pública: Revogação da Portaria MJSP/GM nº 263/2019 para extinguir o grupo de trabalho, e que todas as autoridades das áreas da saúde, economia e finanças destes órgãos relacionados ao tema atuem para aumentar os preços e os tributos dos produtos de tabaco, em suas políticas direta ou indiretamente pertinentes; e a efetiva implementação do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Tabaco no país, por meio do Comitê para Implementação do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco.

Deliberação: aprovada a recomendação por unanimidade, com acréscimos.

5) Recomendação nº 000, de 12 de abril de 2019. Recomenda: ao Secretariado da Convenção Quadro Contra o Tabaco da Organização Mundial da Saúde, e a Força Tarefa Especial de Saúde da ONU: Que se posicionem a respeito dos objetivos da Portaria MJSP/GM nº 263/2019 do Brasil, a fim de demonstrar ao grupo de trabalho como a indústria do cigarro tem interferido sistematicamente de forma cada vez mais perversa nos esforços de governos e suas políticas públicas de saúde para combater a venda e o consumo de tabaco.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

6) Recomendação nº 000, de 12 de abril de 2019. No documento, o CNS recomenda ao Ministério da Saúde: que assuma a centralidade e o merecido protagonismo no debate sobre a ampliação das políticas públicas de saúde de cessação do tabagismo, além de aprofundar as discussões sobre os resultados positivos e exitosos de controle, regulação, prevenção e conscientização acerca dos inúmeros malefícios para a saúde pública do tabaco em nosso país.

Deliberação: aprovada por unanimidade.

7) Recomendação nº 000, de 12 de abril de 2019. Recomenda: **1)** Aos gestores e prestadores de serviços de saúde, com o devido reforço do CONASS e do CONASEMS, que ao implementar políticas ou programas de saúde referentes às práticas integrativas e complementares, em especial, com a oferta de ações e serviços de acupuntura que procedam a contratação para esta e as demais práticas integrativas e complementares em saúde de forma multiprofissional em todos os níveis de assistência de acordo com o preconizado pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. **2)**

Aos Conselhos de Saúde, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, a atenção e providências cabíveis para o cumprimento desta recomendação em consonância com a referida política nacional em especial ao que tange a Acupuntura resguardando o direito do usuário da saúde de acesso a este serviço. **3)** Ao Congresso Nacional, que priorize, em sua agenda e em regime de urgência, através de acordo de lideranças a apreciação e deliberação dos Projetos de Lei da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como: PL 1549/2003; PL nº 531/2019; e, no Senado Federal, o PLS nº 254.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

8) Recomendação nº 000, de 12 de abril de 2019. Recomenda: ao presidente da Câmara dos Deputados que, em razão dos motivos dispostos nesta recomendação, archive o PL nº 6.126/2013, com vistas à garantia de melhores ações e serviços de saúde, objetivando a valorização das equipes multidisciplinares e interprofissionais e da garantia do Direito Humano à saúde.

Deliberação: a recomendação foi aprovada com uma abstenção.

9) Comissão Intersetorial de Saúde Mental. Recomendação nº 000, de 12 de abril de 2019. Recomenda ao Ministério Público Federal (MPF): que atue no sentido de contornar os retrocessos no campo da Política Nacional sobre Drogas, pleiteando a revogação do Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, promovendo amplo debate com a sociedade civil organizada em torno da reconstrução da Política Nacional sobre Drogas conforme previa o Decreto nº 4.345, de 26 de agosto de 2002.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

10) Recomendação nº 000, de 12 de abril de 2019. Recomenda ao Ministério da Saúde: 1) Que garanta o provimento das Áreas do Perfil 1, 2 e 3 do PMMB; 2) Que os novos editais contemplem profissionais formados no exterior, caso profissionais brasileiros não preencham a totalidade das vagas; e 3) Que promovam a renovação de contrato para profissionais do PMMB que queiram permanecer no referido Programa.

Deliberação: a recomendação foi aprovada com uma abstenção.

11) Moção de Repúdio nº 000, de 12 de abril de 2019. Vem a público externar forte repúdio à ação penal seletiva e, portanto, racista e desumana dos oficiais que, atuando na guarnição de Guadalupe, no Rio de Janeiro, dispararam 80 tiros no carro em que estava a família do músico Evaldo Rosa dos Santos, brutalmente assassinado à luz do dia.

Deliberação: a moção de repúdio foi aprovada, por unanimidade, com acréscimos ao texto.

12) Informe sobre reunião da Plenária de Conselhos – Data: 29 de março de 2019.

Apresentação: **Laciana Farias de Lacerda**, representante da Coordenação de Plenária de Conselhos de Saúde

Para conhecimento. Não houve deliberação.